

## IDEIAS DE BEM E DE BELO, OS FÓTONS DA FILOSOFIA?

- uma discussão com Gerasimos Santas arbitrada por G. Vlastos<sup>1</sup> –

André Luiz Braga da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Na década de 1980 do último século, Gerasimos Santas publica um notável e original artigo, interpretando o papel da Ideia de Bem no pensamento de Platão à luz do exposto no Livro VI da *República*. Como Santas mesmo reconhece, parte da originalidade de sua interpretação está no fato de ela estar fundamentada no rico aparato conceitual que, a partir de uma passagem dos *Tópicos* de Aristóteles, G. E. L. Owen (1968), D. Keyt (1969 e 1971) e G. Vlastos (1965, 1965/1966, 1969, 1972, 1973a e 1973b) desenvolveram para análise da ontologia platônica. Neste artigo, Santas apresenta o que ele chama de “teoria da Ideia de Bem” em Platão, fundamentando-a em controversos pressupostos teóricos alegadamente sustentados por Vlastos e outros. O presente trabalho tem por objetivo confrontar a posição própria de Vlastos com um desses pressupostos em que a interpretação de Santas está necessariamente calcada.

**Palavras-chave:** Platão; Ideias; Autopredicação; Bem; Vlastos.

**Abstract:** At the 80's, Gerasimos Santas published a notable and original paper interpreting the role of Idea of Good at Plato's thought since words said by character Socrates in Book VI of *Republic*. As Santas himself acknowledges, some aspects of his interpretation's originality have as ground the rich conceptual tools which, since Aristotle's *Topics*, was developed in analyzes of platonic ontology by G. E. L. Owen (1968), D. Keyt (1969 e 1971) and G. Vlastos (1965, 1965/1966, 1969, 1972, 1973a e 1973b). In his paper, Santas presented what he called Plato's “theory of Idea of Good”, rooting it at controversial theoretical premisses allegedly maintained by Vlastos and others. The present work aims to face Vlastos' own position with one of these necessary premisses of Santas' interpretation.

**Keywords:** Plato; Ideas; Self-Predication; Good; Vlastos.

### 1. Prólogo

O ano de 1905 é considerado o *annus mirabilis* de Albert Einstein, pela publicação, no aclamado periódico *Annalen der Physik*, de cinco artigos que mudaram para sempre as direções da Física moderna. A revolução provocada pelo primeiro desses trabalhos relaciona-se à compreensão da natureza da luz. A Física Clássica só admitia que um ente fosse ou “corpo” (matéria) ou “onda” (energia); e, fiada nos importantes estudos de J. C. Maxwell e H. Hertz, a comunidade científica de então estava convencida da teoria da natureza ondulatória da luz, mas especificamente de onda eletromagnética. Tal teoria explicava com perfeição os intrigantes fenômenos de refração, reflexão e decomposição da luz num prisma, para os quais uma natureza corpuscular não faria sentido.

Contudo, o próprio Hertz descobrira um fenômeno que depois ficou conhecido como “efeito fotoelétrico”: uma placa de metal, ao ser atingida com certos tipos de luz, emitia

<sup>1</sup> A Carolina de Melo Bomfim Araújo.

<sup>2</sup> USP

cargas negativas. Com isso, a teoria da luz como onda simplesmente não se coadunava, todos os cálculos gerando mais e mais paradoxos. Em seu “ano maravilhoso”, o jovem Einstein, de 26 anos, recria então uma teoria já há muito abandonada: a luz tem natureza corpuscular (isto é, de partícula). E, aplicando as equações sobre micropartículas de seu amigo M. Plank, ele mostra que o “efeito fotoelétrico” é, nessas bases, perfeita e matematicamente compreensível: as partículas da luz, batizadas anos depois de “fótons”, chocavam-se contra a placa, “expulsando” elétrons da mesma. O trabalho, que lhe renderia o Nobel de 1921, gerou uma questão para a ciência Física, posto que a refração e decomposição só faziam sentido se a luz fosse onda. O impasse precisou esperar até o advento da mecânica quântica na década de 20, que, partindo do pressuposto de que o observador influencia nos resultados obtidos sobre o objeto, mostrou que na realidade é impossível provar simultaneamente as naturezas corpuscular e ondulatória da luz: segundo os critérios a cada vez utilizados no experimento, a cada vez uma dessas coisas é verificada. A ciência física então precisou mudar seus paradigmas, aceitando a teoria da “complementariedade” ou “natureza dual” da luz: verifica-se, sob certas condições, o comportamento do fóton como “onda”, e, sob outras condições, como “matéria” - não excludente, porém complementarmente. E, quer queiramos, quer não, toda a tecnologia de nossa atualidade – do radar às portas automáticas de lojas – está, indiscutivelmente, calcada nessa dualidade.

## 2. Nosso problema

No passo 508a4-509c4 do Livro VI da *República* de Platão, o personagem Sócrates expõe o célebre símile ou imagem do Sol – ou “metáfora solar”<sup>3</sup>, “símile do Sol e da Ideia de Bem”<sup>4</sup>, primeira parte do “símile da Luz”<sup>5</sup>, etc. A estrutura básica dessa imagem é resumida pelo personagem nos termos pertencentes a uma correspondência ou proporção matemática<sup>6</sup>:

[...] αὐτὸ ἐν τῷ νοητῷ τόπῳ πρὸς τε νοῦν καὶ τὰ νοούμενα, τοῦτο τοῦτον ἐν τῷ ὁρατῷ πρὸς τε ὄψιν καὶ τὰ ὀρώμενα.

[...] o que aquele [sc. o Bem] [é] na região inteligível e em relação ao *noûs* e às coisas 'inteligidas', este [sc. o Sol] é o mesmo na [região] visível e em relação à visão e às coisas vistas.

(PLATÃO. *República* VI 508b12-c2)

3 VEGETTI, 2003a, p. 14, 22, 23, 31, 32, etc; *idem*, 2003b, p. 266, 268, 269, etc.

4 ROSS, 1953 (1951), p. 64; 70.

5 FERGUSON, 1921, p. 131; MURPHY, 1932, p. 93.

6 Cf. *aná lógon*: PLATÃO, *República* 508b13, 509d7-8, 511e2, 534a6. E, ainda: FERGUSON, 1921 p. 132, 133, 134, 138, 139; MORRISON, 1977, p. 220, nt. 11; ADAM, 2009 (1902), p. 59; DIXSAUT, 2000, p. 126. Cf. também ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco* V, 3, 1131a31-32; EUCLIDES. *Elementos* V, def. 6.

Diante de uma solicitação de Glauco (508c3), Sócrates explica o sentido dessa estrutura analógica, apontando, separadamente, duas relações que a Forma do Bem<sup>7</sup>, dentro desse *framework*, mantém com as outras Formas: causalidade “epistêmica” (508c3-509a9) e causalidade “ontológica” (509a9-509b10). Esta última é explanada nos seguintes termos, seguida da imediata e peculiar reação do irmão de Platão:

τὸν ἥλιον τοῖς ὀρωμένοις οὐ μόνον οἶμαι τὴν τοῦ ὀρᾶσθαι δύναμιν παρέχειν φήσεις, ἀλλὰ καὶ τὴν γένεσιν καὶ αὔξην καὶ τροφήν, οὐ γένεσιν αὐτὸν ὄντα. [...] καὶ τοῖς γινωσκομένοις τοίνυν μὴ μόνον τὸ γινώσκεισθαι φάναι ὑπὸ τοῦ ἀγαθοῦ παρεῖναι, ἀλλὰ καὶ τὸ εἶναι τε καὶ τὴν οὐσίαν ὑπ’ ἐκείνου αὐτοῖς προσεῖναι [...].

καὶ ὁ Γλαύκων μάλα γελοίως, Ἄπολλον, ἔφη, δαιμονίας ὑπερβολῆς.

[SOC.] [...] Dirás que, quanto às coisas vistas, o Sol não apenas fornece o seu poder de ser visto, mas também a sua geração, seu crescimento e sua nutrição [...]. E, portanto, quanto às coisas conhecidas, [...] dirás que não apenas o seu ser-conhecido está presente devido ao Bem, mas também que tanto o seu *eînai* quanto sua *ousía*<sup>8</sup> lhes é adicionado por ele [...].

E Glauco, de um modo muito ridículo, diz: “Ah, Apolo, mas que exagero extraordinário!” (PLATÃO. *República* VI 509b2-8)

No início da década de 80 do último século, o notável e original artigo<sup>9</sup> de Gerasimos Santas veio se somar aos bons estudos interpretativos do papel da Ideia de Bem nesta passagem. De incontestável força, esse trabalho será referência para vários comentários<sup>10</sup> posteriores sobre o tema. Como Santas mesmo reconhece<sup>11</sup>, parte da originalidade de sua interpretação está no fato de ela estar alicerçada no rico aparato conceitual construído em análises da ontologia platônica empreendidas por Gwilym Ellis Lane Owen (1968), David Keyt (1969 e 1971) e Gregory Vlastos (1965; 1965/1966; 1969; 1972; 1973a; 1973b). Baseadamente em tais estudos, a hipótese principal de Santas (1999, p. 249) é que há uma “teoria da Forma de Bem em Platão”, a qual, encontrando eco por todos aqueles que ele chama de “diálogos médios”<sup>12</sup>, encontra sua expressão exatamente no Livro VI da *República*.

7 Faço minhas as palavras de Ferrari (2003, p. 287, nt. 1), segundo as quais o correto seria traduzir o adjetivo neutro τὸ ἀγαθόν por “o bom”; entretanto, para manter uma unidade e um diálogo com a tradição interpretativa do texto, continuarei referindo-me a esta entidade como “o Bem”.

8 Opto pela não tradução de alguns termos cujo sentido nas passagens é ainda passível de longos debates, de modo a não fechar univocamente em um sentido sem a discussão do mesmo. Dada as reduzidas dimensões que meu texto se presta a ter, tais discussões precisarão ficar para ocasiões mais oportunas. “*Eînai*” costuma ser traduzido nesta passagem por “ser”, ao passo que “*ousía*” por “realidade”, “essência”, “existência” e “ser”.

9 Publicado originalmente em *Philosophical Inquiry* (1980), reeditado em ANTON e PREUS (1983) e em FINE (1999).

10 Por exemplo, VEGETTI (2003b), SHIELDS (2011).

11 SANTAS, 1999, p. 248.

12 Conforme citação nesta página, na qual ele identifica os diálogos que têm em mente (SANTAS, 1999, p. 256, nt. 17). Notar que não entrarei neste texto nos méritos e deméritos dessa classificação.

Para Santas, este livro contém as várias afirmativas que compõem esta “teoria”, das quais o ponto máximo seria exatamente a passagem citada acima. E tal passagem, para ele<sup>13</sup>, mereceria uma maior atenção por parte do intérprete, haja vista sua interpretação ser bem mais difícil do que o resto da “teoria” – a dificuldade sendo até dramaticamente confirmada pela relutância do personagem Sócrates em falar sobre o Bem e pela citada risada de Glauco ao final da exposição. A interpretação que Santas propõe, a “teoria da Ideia de Bem”, informa ele ao seu leitor<sup>14</sup>, repousa sobre a assunção de alguns pressupostos; para fins de análise de sua posição, eu vou desdobrá-los em três assertivas, que vou chamar de:

**“Pressuposto 1”:** a distinção entre “atributos ideais” e “atributos próprios” está sendo levada em conta por Platão à época da composição da *República* como substrato da caracterização das Formas inteligíveis;

**“Pressuposto 2”:** essa distinção pressupõe a afirmação da Autopredicação das Formas como fundamento dela; *logo*,

**“Pressuposto 3”:** Platão, à mesma época, também considerava seus entes inteligíveis autopredicáveis.

Explicarei mais à frente cada um desses pontos. Por ora, importa notar que, devido ao Pressuposto 2, o Pressuposto 1 está fundamentado no Pressuposto 3. Nesse sentido, este último, o da assunção da Autopredicação, é o mais importante: uma eventual invalidação do mesmo poderá acarretar a invalidação de todos os pressupostos, e, portanto, presumivelmente, da “teoria” toda. Disso, Santas mostra-se plenamente ciente, ao afirmar a total dependência da sua interpretação em relação a este pressuposto:

A concepção das Formas como paradigmas ou exemplares ideais, autopredicacionais ou autoexemplificativos foi trazida à luz por um número de autores: P. Geach [...], Vlastos [...], J. M. E. Moravcsik [...], R. Smith [...]. A teoria da Forma de Bem que eu estou apresentando pressupõe que as Formas são autopredicacionais ou autoexemplificativas durante o período médio de Platão, ao menos na *República*, *Banquete*, *Timeu* e *Fédon* [...].

(SANTAS, 1999, p. 256, nt. 17 – grifos nossos)

Tendo em mente tal afirmativa deste grande estudioso, o objetivo do presente texto é simples e condizente com a extensão que lhe cabe: tão somente discutir o assumido

---

13 SANTAS, 1999, p. 252.

14 SANTAS, 1999, p. 252-256.

Pressuposto 3 de Santas, à luz dos estudos de Vlastos que ele menciona - deixando para outra ocasião uma discussão mais detalhada da interpretação propriamente dita que ele oferece do símile do Sol.

### 3. Autopredicação: Aristóteles, Owen, Keyt e Vlastos

Seja para a assunção da Autopredicação (Pressuposto 3), seja para a assunção da distinção de atributos das Formas (Pressuposto 1), o ponto de partida de Santas é o mesmo dos comentadores nos quais ele se baseia: uma passagem específica dos *Tópicos* na qual Aristóteles aparentemente traça comentários sobre as Formas platônicas. Nossa análise do Pressuposto 3, portanto, pode começar visitando esta passagem e, em seguida, aquilo que Owen, Keyt e Vlastos dela extraíram.

#### Aristóteles (*Tópicos*):

Ἐπειτ' ἐπιβλέπειν ἐπὶ τὴν ἰδέαν τοῦ κειμένου, ἀνασκευάζοντα μὲν εἰ τῇ ἰδέᾳ μὴ ὑπάρχει, ἢ εἰ μὴ κατὰ τοῦτο καθ' ὃ λέγεται τοῦτο οὐ ἴδιον ἀπεδόθη· οὐ γὰρ ἔσται ἴδιον τὸ κείμενον εἶναι ἴδιον. οἷον ἐπεὶ αὐτοανθρώπῳ οὐχ ὑπάρχει τὸ ἡρεμεῖν, ἢ ἄνθρωπός ἐστιν, ἀλλ' ἢ ἰδέα, οὐκ ἂν εἴη ἀνθρώπου ἴδιον τὸ ἡρεμεῖν. κατασκευάζοντα δὲ εἰ τῇ ἰδέᾳ ὑπάρχει, καὶ κατὰ τοῦτο ὑπάρχει, ἢ λέγεται κατ' αὐτοῦ ἐκεῖνο οὐ κεῖται μὴ εἶναι ἴδιον· ἔσται γὰρ ἴδιον τὸ κείμενον μὴ εἶναι ἴδιον. οἷον ἐπεὶ ὑπάρχει τῷ αὐτοζῳφῷ τὸ ἐκ ψυχῆς καὶ σώματος συγκεῖσθαι, καὶ ἢ ζῳον αὐτῷ ὑπάρχει τοῦτο, εἴη ἂν ζῳου ἴδιον τὸ ἐκ ψυχῆς καὶ σώματος συγκεῖσθαι.

Considere-se [...] a ideia do sujeito proposto e veja-se, para fins de refutação, se a propriedade sugerida não pertence à ideia em questão, ou se deixa de pertencer-lhe devido àquela característica que lhe vale a descrição de que se enunciou a propriedade: pois, nesse caso, o que se afirmou ser uma propriedade não será tal. Assim, por exemplo, como o “estar em repouso” não pertence a Homem em Si **com relação ao fato de ser homem, mas com relação ao fato de [ser] ideia**, não seria propriedade de homem o “estar em repouso”. Para fins construtivos, por outro lado, veja-se se a propriedade em questão pertence à ideia, e se lhe pertence sobre aquele aspecto devido ao qual se predica dele aquela característica de que se afirmou que o predicado em questão não era uma propriedade: pois, nesse caso, o que se negou que fosse uma propriedade será uma propriedade. Assim, por exemplo, como pertence a Animal em Si o “ser composto de alma e corpo”, e isto pertence a ele **com relação ao fato de [ser] animal**, o “ser composto de alma e corpo” seria propriedade de animal.

(ARISTÓTELES. *Tópicos* 137b3-13<sup>15</sup> - grifos nossos)

#### Owen (1968):

---

15 ARISTÓTELES. *Tópicos*. Tradução de L. Vallandro e G. Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Coleção Os Pensadores) – com modificações.

Sobre esta passagem, G. E. L. Owen explica<sup>16</sup> que há pelo menos duas informações fundamentais: a primeira é a diferenciação entre dois tipos de propriedades identificáveis numa Forma platônica; a segunda, é a concepção do fundador do Liceu de que as Formas são *autopredicáveis* ou *autoexemplificativas*<sup>17</sup>. Dizer que ocorre a uma Forma ou Ideia o fenômeno da “Autopredicação” ou “Autoexemplificação” significa dizer a Forma não é apenas o correspondente inteligível de determinada qualidade, mas que efetiva e literalmente a própria Forma é uma “instância” da qualidade a que ela corresponde, isto é, que ela “exemplifica” ou “possui” a qualidade da qual ela é o correspondente. Em termos gerais: a Forma de X seria ela também um X. Conforme visto no exemplo dado por Aristóteles acima, a Forma de Homem seria também um homem, e a Forma de Animal seria também um animal. Com relação ao primeiro ponto, a distinção traçada na passagem pelo estagirita, Owen assim nomeia os dois tipos de atributos da Forma identificados por Aristóteles<sup>18</sup>:

“**Predicados A**”: propriedades da Forma de X devido ao seu *status* de Forma, isto é, propriedades comuns a todas Formas: propriedade da Forma de X *qua* Forma (*tò idion hyparchei tēi idéai tou X hēi idéa estin*). Exemplos de “Predicado A” para a Forma de Homem: as propriedades “estar em repouso”, “ser eterno”, “ser imutável”, “ser invisível”, etc.

“**Predicados B2**”: propriedades da Forma de X que definem a Forma específica que ela é: propriedade da Forma de X *qua* X (*tò idion hyparchei tēi idéai tou X hēi X estin*). Exemplo de “Predicado B2” para a Forma de Homem: a propriedade “ser mortal”.

### **Keyt (1969 e 1971):**

À mesma época de Owen, D. Keyt visita essa distinção de propriedades em dois artigos (1969 e 1971), exibindo, por seu turno, termos diferentes e definições um pouco mais refinadas, embora não incompatíveis com as do outro estudioso<sup>19</sup>:

“**Atributos Próprios**”: aqueles atributos de uma Forma cuja ausência em uma coisa ensinaria que esta coisa não fosse uma instância de uma dada Forma.

“**Atributos Ideais ou Formais**”: aqueles atributos de uma Forma cuja ausência em uma coisa ensinaria que esta coisa não fosse uma Ideia platônica.

### **Vlastos (1965, 1965/1966, 1969, 1972, 1973a e 1973b):**

16 OWEN, 1986 (1968), p. 225.

17 OWEN, 1986 (1968), p. 225. p. 232; 236; 237; cf. também CHERNIS, 1946, p. 1-5.

18 OWEN, 1986 (1968), p. 225.

19 KEYT, 1969, p. 12-13.

De todos os comentadores em que Santas procura basear seus Pressupostos 1 e 3, G. Vlastos sem dúvida foi o que empreendeu as análises mais profundas e, a meu ver, mais lúcidas sobre a matéria. Sua sequência<sup>20</sup> de artigos é hoje considerada referencial na análise da ontologia platônica, seja para concordância, seja para discordância. Vlastos não apresenta termos novos para a distinção traçada por Aristóteles entre os atributos de uma Forma platônica<sup>21</sup> – apenas chamando-a de “Distinção-P”<sup>22</sup>. Todavia, quiçá pelo rigor e extensão de suas análises, ele é o comentador em quem Santas mais procurará basear seu Pressuposto 3. Por isso, e porque nosso tempo é escasso, dos comentadores nos quais Santas fundamenta sua posição<sup>23</sup>, Vlastos será o único cujas posições eu confrontarei com o pressuposto santasiano. Nesse confronto, como veremos, o que pode causar alguma estranheza ao leitor é que, nos artigos de Vlastos mencionados por Santas... a posição do comentador turco parece ser em larga medida diferente da dele.

#### 4. Tabela de correspondência de terminologia entre os comentadores

Podemos perceber que os autores abordados acima empregam termos um pouco diferentes para os conceitos que, oriundos do texto de Aristóteles, são utilizados no tratamento do nosso tema. Para então facilitar minha discussão com eles, e porque meu interlocutor principal é Gerasimos Santas, eu empregarei os termos utilizados por ele<sup>24</sup>, conforme tabela de correspondência abaixo<sup>25</sup>:

---

20 VLASTOS, *DEGREES OF REALITY in Plato* (1965; doravante: “D.R.”); *A Metaphysical Paradox* (1965/1966; doravante: “M.P.”); *REASON AND CAUSES in the Phaedo* (1969; doravante: “R.C.”); *THE UNITY OF VIRTUES IN THE PROTAGORAS* (1972; doravante: “U.V.P.”); *An AMBIGUITY IN THE SOPHIST* (1973; doravante: “A.S.”); *The ‘Two-Level’ Paradoxes in Aristotle* (1973; doravante: “T.L.P.A.”).

21 Embora ele estabeleça importantes conceitos e termos novos sobre assuntos correlatos, como “Predicação Paulina”, tema no qual ser-nos-á impossível adentrar no presente texto. Tal conceito encontra-se explicado nos artigos citados na nota anterior.

22 VLASTOS, T.L.P.A. (1973b), p. 327.

23 Cf. citação mais acima, ele também procura sedimentar seu pressuposto em artigos de Geach, Moravcsik e Smith (SANTAS, 1999, p. 256, nt. 17). Contudo, desses comentadores, Vlastos é considerado o mais importante na análise do tema.

24 Santas (1999, p. 259-260) estabelece a mesma correspondência de termos.

25 Tabela esta cuja preparação gráfica foi uma cortesia de Aminadab de Figueiredo da Silva, a quem devo os agradecimentos, inclusive pelo extremamente célere atendimento à demanda.



**TABELA DE CORRESPONDÊNCIA DA NOMENCLATURA DOS  
COMENTADORES EM RELAÇÃO ÀS PROPRIEDADES DAS FORMAS**

ARISTÓTELES	OWEN	KEYT	VLASTOS	SANTAS
Predicados da Forma de X <i>qua</i> X	Predicados A	Atributos Próprios	-	Atributos Próprios
Predicados da Forma de X <i>qua</i> Forma	Predicados B2	Atributos Ideais ou Formais	-	Atributos Ideais ou Formais
-	-	-	Distinção-P	-

## 5. Autopredicação e Vlastos

Como bem notado por Santas e todos os outros comentadores aludidos no quadro acima, a Distinção-P traçada nos termos aristotélicos parte da suposição de que as Formas platônicas são autopredicativas – i.e, dotadas de Autopredicação<sup>26</sup>. Nesse sentido, a descrição básica dos “Atributos Próprios”, utilizada a partir do texto dos *Tópicos* por Owen, Keyt, Vlastos e Santas, era: “as propriedades de Forma de X *enquanto* X”. A Forma de Mesa seria literalmente, ela mesma, uma mesa, e a Forma de Justiça seria literalmente, ela mesma, uma coisa justa. Tendo isso em mente, e num sentido um pouco mais radical do que seus pares, é notável que Vlastos tenha se demorado sobre uma questão anterior à utilização destes conceitos para análise da ontologia platônica: seriam estes próprios conceitos aceitáveis para Platão? Isto é, os Atributos Próprios, conforme as definições supra fornecidas, a própria Distinção-P e a Autopredicação poderiam ser assumidos por Platão como propriedades e fenômenos implicados na postulação das suas Formas inteligíveis?<sup>27</sup> Ou, segundo os termos que utilizo: o Pressuposto 3 de Santas é compatível com as afirmações sobre as Ideias encontradas nos diálogos levados em conta por ele?

26 Cf. também ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco* 1096a34-b5: “[...] pode-se perguntar o que afinal eles [sc. os que afirmam a existência das Formas inteligíveis] querem dizer com “cada coisa em si”, se afinal tanto para Homem em Si como para homem [em particular] a definição é a mesma: a de homem. Pois, com relação ao fato de [ser] homem, eles [sc. Forma de homem e homem particular] diferem em nada [...]”.

27 Ao colocar a questão nestes termos, eu gostaria de frisar que a mim (ao contrário de alguns desses comentadores), no presente artigo, não é tão importante o problema de se Platão, ele próprio, expressou em alguma das suas obras, abertamente, a Distinção-P. Para os fins da argumentação deste meu texto, é suficiente perguntar se tais conceitos ser-lhe-iam aceitáveis, i.e, se eles seriam “encaixáveis” com aquilo que lemos nos diálogos.



Em três artigos aludidos por Santas, M.P. (1965/1966), D.R. (1965), e U.V.P. (1972)<sup>28</sup>, a posição de Vlastos, importa reconhecer, é a mesma, embora o foco da sua argumentação difira um pouco. Nesse sentido, os argumentos dele em um e em outro *paper* são mutuamente complementares, de modo que eu tomo isto como autorização para expô-los na ordem que parece esclarecê-los melhor. O ponto de partida de Vlastos são algumas expressões “fortes”<sup>29</sup> de Platão para qualificar as Formas e diferenciá-las das instâncias sensíveis. Por exemplo, Vlastos chamará<sup>30</sup> atenção para o fato de ouvirmos dizer que a Forma ou Ideia é:

i) *tò ón* (*República* X 597a4);

ii) *hó ésti klíne* (*idem*, X 597a2);

iii) *teléos ón* (*idem*, X 597a2);

iv) *he [...] ousía óntos oúsa* (*Fedro* 247c6-7);

v) [sc. *he klíne*] *óntos oúsa* (*República* X 597d2);

vi) *mállón ónta* [sc. do que as instâncias sensíveis] (*idem*, VII 515d2).

O comentador demonstra que o sentido do verbo *eimí* nessas expressões – incluindo as formas substantivas e adverbiais, *ousía* e *óntos* – não pode ser o sentido existencial, mas sim o sentido de “real”. A instância sensível existe também (cf. expressamente afirmado em *República* VI 507a7-b4, p.ex.), mas a existência dela é qualitativamente diferente da eidética<sup>31</sup>: a Forma é “mais real” que a instância sensível, a Forma “realmente é”, a instância sensível, não. Então Vlastos conclui que os sentidos das expressões “fortes” acima seriam não relacionados à afirmação de existência para as Formas e negação para as instâncias sensíveis, mas sim de que a Forma, comparativamente à instância, é: i) “o real”, ii) “a cama real” ou “aquilo que realmente é cama”, iii) “o perfeitamente real”, iv) e v) “a realidade perfeitamente real”; isto é, a Forma é vi) “mais real” do que a instância sensível.

A partir disso, o comentador turco vai tentar precisar o sentido dessa noção recorrente de “mais realidade”, i.e, essa qualificação da existência que a Forma recebe e a instância sensível não, e que seria portanto o núcleo da diferença ontológica entre ambas. Para tanto,

28 Cf. nota 18 acima.

29 Quem qualifica as expressões como “fortes” é o próprio Vlastos (D.R., 1973 (1965), p. 68-69, nt. 44).

30 VLASTOS, M.P., 1973 (1965/1966), p. 43-45.

31 I.e, do *eîdos*, a Forma ou Ideia inteligível.

Vlastos identificará<sup>32</sup> duas funções que às Formas são atribuídas no *corpus platonicum*:

- a) a função de objeto de conhecimento;
- b) a função de objeto de valor.

Essas duas funções são como duas perspectivas diferentes (embora não desconectadas) sob as quais a Forma platônica pode ser encarada, e as duas encontram fundamentação nos textos dos diálogos. Na primeira perspectiva, a epistemológica, a Forma de X, “o X real”, é “o X cognitivamente confiável”<sup>33</sup>, i.e, “seguro”, “não enganador” - portanto, é, para o comentador, o único tipo de entidade no pensamento de Platão capaz de dar ocasião para um “conhecimento infalível” de X<sup>34</sup>. Essa completa confiabilidade da Forma advém do fato de que suas características se seguem de sua natureza em conjunção e articulação com a natureza das outras Formas<sup>35</sup>, envolvendo portanto um conjunto de propriedades necessárias que se “prendem” à Forma por “amarras” essenciais ou “lógicas”<sup>36</sup>. Gostaria de assinalar que este meu curto texto não é ocasião para entrar no mérito de se esta terminologia “lógica” ou “linguística” é ou não a mais apropriada para o tratamento dos entes inteligíveis platônicos; meu objetivo aqui é tão somente avaliar a legitimidade do uso de Santos da posição de Vlastos para fundamentar o Pressuposto 3 de sua interpretação da Ideia de Bem.

Voltando a Vlastos, o comentador afirma que, todavia, há ainda uma outra função que as Formas desempenham nos diálogos. Uma função que provavelmente nem todo tipo de Forma pode desempenhar, e que Vlastos identifica em relação ao que ele chama – em tom provocativo? - de Ideias “de elite”: “Beleza, Bondade, Justiça, Temperança, Piedade”<sup>37</sup>. Nessa perspectiva, a Forma é objeto mais valioso, o foco final de nossos desejos ulteriores e aspirações. O valor supremo deste tipo de entidade é marcadamente assinalado na caracterização que é feita da experiência do contato com elas: segundo Vlastos, tal experiência é descrita como não só intelectual e profunda, mas também de um deleite estético avassalador, moralmente transformadora, divina, que se assemelha ao transe místico das religiões de mistério<sup>38</sup>. Portanto, dessa outra função emerge um segundo sentido de porque as

---

32 VLASTOS, M.P., 1973 (1965/1966), p. 49.

33 *Idem, ibidem.*

34 VLASTOS, D.R., 1973 (1965), p. 62-63.

35 VLASTOS, M.P., 1973 (1965/1966), p. 50.

36 VLASTOS, D.R., 1973 (1965), p. 68-69.

37 VLASTOS, M.P., 1973 (1965/1966), p. 51.

38 *Idem*, p. 52-53.

Formas são diferentes e dotadas de “mais realidade” do que as instâncias sensíveis: elas são os “pontos focais da mais incomum experiência” possível na vida, e, como tais, elas são o objeto máximo de desejo; a Forma é, assim, encarada mesmo como a coisa mais amada<sup>39</sup>.

## 6. Autopredicação e Vlastos (2)

Isto exposto, podemos perguntar: mas há alguma consequência da identificação dessas duas funções, ou perspectivas de abordagem em que é possível investigar uma Forma platônica, para a assunção ou não do fenômeno da Autopredicação (Pressuposto 3 de Santas)? A resposta, segundo Vlastos, seria: com toda a certeza. Para desempenhar sua função de “objeto de conhecimento *par excellence*”, “objeto cognitivamente confiável”, as Formas não poderiam ser, como regra geral<sup>40</sup>, autopredicativas, ou a teoria em si não faria nenhum sentido. Para desempenhar essa função de fundamento epistemológico, a Forma precisa apresentar algumas características que a distinguem das instâncias sensíveis, tais como ser incorpórea, eterna, intangível, imortal – logo, ser uma entidade incapaz de qualquer forma de vida ou de tomar qualquer decisão e realizar escolhas. Isto posto, que sentido poderia haver então em dizer que uma Forma é ela mesma “corajosa” (para a Forma de Coragem)? Ou dizer que uma Forma é ela mesma um “artefato” (para a Forma de Escudo)? Ou que alguma Forma possui alma e corpo (para a Forma de Animal)? Ou que um ente inteligível, sem corpo (intangível) e sem formato (*anaphês; aschemátistos; Fedro 247c6-7*), é ele mesmo “retangular” (no caso da Forma de Retângulo)? Isto é, através de exemplos desse tipo<sup>41</sup>, Vlastos mostra que, em sendo o objeto absolutamente estável, que dá ensejo ao único conhecimento verdadeiro e seguro segundo a epistemologia apresentada nos diálogos, a Forma platônica tem que exibir alguns atributos com os quais a assunção de Autopredicação como regra geral mostrar-se-ia absolutamente incompatível. E disso, sou obrigado a

---

39 VLASTOS, M.P., 1973 (1965/1966), p. 53; D.R., 1973 (1965), p. 63-64.

40 Existe uma possibilidade de ocorrências de autopredicação para algumas Formas mesmo na perspectiva do papel das Formas como fundamento epistemológico. Contudo, isso não seria uma regra geral aplicável a todas, mas antes ocorrências casuais para aquelas Formas que são os correspondentes inteligíveis das qualidades que, sob esta perspectiva, todas as Formas exibem. Assim, por exemplo, a Forma de Repouso, em sendo uma Forma inteligível, imutável, eterna, imóvel, está obviamente “em repouso”. E, fora do contexto da fundamentação epistemológica, há também casos igualmente fortuitos e não problemáticos de autopredicação para aquelas Formas que são correspondentes inteligíveis das qualidades que todos os entes (Formas e instâncias sensíveis) possuem. Para essa outra hipótese de ocorrência casual de autopredicação (que também não é uma “regra geral” válida para todas as Formas), temos o exemplo da Forma de Mesmo, que é, ela própria, mesma que si mesma.

41 Shields (2011) também cita alguns exemplos semelhantes.

reconhecer, Santas mostra que está inteiramente a par<sup>42</sup>!

Por outro lado, no eventual desempenho da segunda função que Platão atribui a algumas Formas, Vlastos considera que a assunção de Autopredicação... pode ser encarada em outros termos:

[...] Apenas quando as Formas assumem seu outro papel, como objetos de valor, e do tipo de valor que Platão reclama para elas, iria a autocaracterização das Formas como Beleza ter qualquer sentido que seja. A Forma Beleza realmente teria que ser supremamente bela para manter seu lugar no término da árdua busca do amante, e as Formas Justiça e Temperança teriam que ser justa e temperante, se é para elas possuírem atributos que passam para aqueles que as contemplam.

(VLASTOS, 1973 (1965/1966), p. 56-57 – grifos nossos)

Certamente que o tipo de Forma ao qual esta segunda função será reclamada não será qualquer tipo. As tais “Formas de elite”, que desempenham este papel de objeto de valor, parecem ser sobretudo as próprias Formas de valores, valores ético-estéticos. Platão tende a não abordar através desta perspectiva da função “valorativa” outro tipo de Formas... E Vlastos dá a entender que, dado que ele não poderia mesmo fazê-lo, nós temos que conceder essa “liberdade de manobra” elíptica<sup>43</sup> ao fundador da Academia. Ele, eu ousou dizer, provavelmente estava ciente de que a assunção como regra geral para todas as Formas da Autopredicação não poderia deixar de arruinar a espinha dorsal da hipótese epistemológica de trabalho que ele, Platão, apresenta (esta concessão, frise-se, é minha, não de Vlastos). Elucubrando, o comentador turco chega ainda a arejar que algumas assertivas autopredicativas que possuímos poderiam ser encaradas pelo próprio autor dos diálogos como “metafóricas”<sup>44</sup>. A isso, por minha vez, eu gostaria de acrescentar que a notável raridade em que as assertivas autopredicativas ocorrem, no resto do *corpus*, em intensidade próxima àquela em que aparecem no *Banquete*, pode servir de sugestão de que, em sua maioria, elas não devem mesmo ser encaradas em sua literalidade. Sobre este ponto, creio que o próprio Vlastos foi extremamente feliz em mostrar, alhures<sup>45</sup>, que o contexto próprio da ocorrência em cada diálogo de uma assertiva aparentemente autopredicativa é o melhor juiz para

42 Ele reconhece as “falhas” da assunção da Autopredicação e da própria “teoria da Ideia de Bem” que ele apresenta (SANTAS, 1999, p. 264 *et seq.*). Santas, na verdade, entende que, no período do *corpus platonium* que ele está levando em conta, Platão assumiu a Autopredicação como regra para as Formas, bem como esta “teoria”, tendo ele posteriormente – período, p.ex., do *Sofista* - “desistido” de ambas (cf. especialmente a nota 27 em SANTAS, 1999, p. 265).

43 VLASTOS, M.P., 1973 (1965/1966), p. 53.

44 VLASTOS, M.P., 1973 (1965/1966), p. 57.

45 VLASTOS, U.V.P., 1973 (1972), p. 259-263.

determinar se ela deve ser lida em sua literalidade autopredicativa ou não<sup>46</sup>. P. ex., quando, em *República* X 597b5, a Forma de cama é dita ser uma das três camas (em conjunto com a cama sensível e com a imagem dela), e em *Timeu* 31b e 39e é dito que a Forma de animal é um animal, se tomássemos estas afirmações em suas literalidades autopredicativas, estaríamos a destruir o argumento principal desses dois momentos dessas discussões, que, em linhas gerais, é o mesmo: prover o artesão humano (na *República*) e o divino (no *Timeu*) de modelos eternos, inteligíveis, fora da *gênesis* e da mudança temporal. Entretanto, demarca Vlastos, haverá momentos em que o caminho indicado pelo contexto da ocorrência da assertiva será inexoravelmente outro: se, em *Banquete* 210e4-211b7, à Forma do Belo for negada a Autopredicação, ocorrerá a destruição do argumento principal desse diálogo, que é atribuir a esta Ideia a sua já explicada segunda função de objeto mais valioso e portanto mais desejado<sup>47</sup>. Explanadas todas estas questões, voltemos a Santas.

## 7. Apontamentos Finais: o fóton da Filosofia

*[...] belas metáforas e um riquíssimo simbolismo [...] profunda universalidade do pensamento humano. Entretanto, [...] essa mesma universalidade demonstra a existência de certas limitações em nossa imaginação. O problema é que tanto nossa percepção sensorial como os processos de pensamento que usamos para organizar o mundo à nossa volta são restringidos por uma visão polarizada da realidade, que se baseia em opostos como dia-noite, frio-quente, macho-fêmea. Devido a essas limitações, podemos oferecer apenas um pequeno número de argumentos lógicos que visam dar sentido àquilo que transcende essa polarização [...]*

Marcelo Gleiser<sup>48</sup>

Para justificar o uso de seu Pressuposto 3, vimos Santas afirmar<sup>49</sup> que a caracterização das Formas como entidades autopredicáveis foi trazida à luz, entre outros, por Vlastos. Dado que seu Pressuposto 3 é de que esta característica é, na *República*, uma regra para a Hipótese das Formas como um todo, essa sua tentativa expressa de fundamentar sua posição nos

---

46 Vide nota 18 e 38. Este argumento de Vlastos, inclusive, aos meus olhos é forte o suficiente para enfraquecer a solução alternativa (na verdade, anterior) de R. E. Allen para a autopredicação: ele propôs que, nas frases aparentemente autopredicativas do tipo “a Forma de X é X”, o verbo “ser” não tem o sentido “predicativo”, mas sim de “identidade”. Nesse sentido, tais frases demarcariam antes uma redundância (do tipo “X é X”, já que a Forma de X pode também ser chamada simplesmente de “X” nos diálogos) do que uma autêntica Autopredicação. Segundo o argumento vlastosiano do contexto do momento específico da discussão em que ocorre a assertiva aparentemente autopredicativa, esta posição de Allen destruiria o argumento, demarcado acima, do *Banquete*. Cf. ALLEN, 1967 (1960), p. 43-60.

47 *Idem, ibidem.*

48 GLEISER, 1997, p. 11-12.

49 SANTAS, 1999, p. 256, nt. 17.

trabalhos vlastosianos implica que, para Santas, o outro comentador compartilharia dessa sua posição. Entretanto, a partir de toda a exposição que eu realizei, não podemos deixar de ter a impressão de que Santas simplesmente “perdeu o ponto” de toda a complexa argumentação do comentador turco sobre a matéria<sup>50</sup>. Para este, a Autopredicação não é, de longe, uma regra geral para a Hipótese das Formas como um todo; ela é antes um fenômeno específico que ocorre quando a argumentação de determinado diálogo conclama ao exercício de uma segunda função (a de objeto de valor) uma Forma de um tipo específico. Somente nesses tipos de contexto, com esse tipo de Forma, e nessa perspectiva específica de abordagem delas, é que pode fazer algum sentido falar em *Autopredicação eidética*<sup>51</sup>. Com outro tipo de Formas, ou sob outra perspectiva de abordagem delas, este fenômeno não só não pode fazer sentido, como demoliria toda a hipótese de esses entes inteligíveis fundamentarem aquilo que, nos argumentos presentes nos diálogos, frequentemente lhes é exigido fundamentar. Nesse sentido, muito menos que regra geral, a Autopredicação eidética, aos olhos de Vlastos, se assemelha mais a um fenômeno... de “exceção” - mesmo nos diálogos do tal “período médio”.

Lembrando então da história da mudança de paradigmas que Einstein e a mecânica quântica impingiram à compreensão da natureza da luz, vimos que ao fóton teve que ser concedido o direito de possuir uma “natureza dual”: de acordo com o critério (a perspectiva) em que ele é analisado, ele se comporta ou como onda ou como partícula. Vlastos parece ter mostrado que, de acordo com a perspectiva em que a Forma platônica é abordada em cada momento de cada diálogo (i.e, a função que a ela é atribuída), essa entidade pode se comportar ou como autopredicável (como objeto de aspiração e valor), ou como impossivelmente autopredicável (como objeto de conhecimento seguro)<sup>52</sup>. A argumentação de Vlastos opera, assim, num sentido não de fundamentar, mas antes de ilegitimar a assunção do Pressuposto 3 de Santas. O que, dado o Pressuposto 2, ilegitimaria também o seu Pressuposto 1. Isto é, se a Autopredicação eidética como regra geral não pode ser aceita na ontologia platônica, e se ela é o fundamento da distinção realizada nos *Tópicos* entre propriedades das Formas, então essa distinção também não pode ser aceita. Tal inaceitabilidade da distinção e

---

50 Como a sua argumentação a favor da Autopredicação (SANTAS, 1999, p. 259-262) leva a crer, pois ele, nesse ponto, não entra na distinção traçada por Vlastos das funções atribuídas às Formas, e procura se apoiar muito mais no texto dos *Tópicos* de que dos diálogos. Quando, em outro momento, Santas citar esta passagem de Vlastos (SANTAS, 1999, p. 265, nt. 27), ele dará sinais de que entende que Vlastos está considerando (como ele) a Autopredicação válida como regra geral nos diálogos em questão.

51 Ressalva feita às hipóteses casuais (e não como fruto de uma regra geral de Autopredicação) aventadas na nota 38.

52 Não esquecendo da ressalva, é claro, de que a perspectiva autopredicativa seria de extremamente reduzida aplicação: é limitada a certos tipos de Formas e a certos tipos de contexto, o que faz com que ela ocorra, no *corpus platonicum*, de maneira bem mais rarefeita que a outra perspectiva.

da Autopredicação – cumpre informar – é, de fato, uma outra conclusão a que chega Vlastos em outro artigo<sup>53</sup>, bem como também Harold Cherniss em seu exaustivo estudo<sup>54</sup>. A distinção, traçada nos termos aristotélicos, seria inaceitável dentro do pensamento platônico, porque ela parte do pressuposto autopredicativo de que Forma de X é um X, o que, como regra geral, seria inaceitável. Se, para o estagirita (*Tópicos* 137b3-13), Homem em Si é um homem (*hêi ánthropós*) e pode ser dito “mortal”, e Animal em Si é um animal (*hêi zôion*) e pode ser dito como “dotado de alma e corpo”, para Platão, afirmar que uma Ideia é “mortal” ou “dotada de corpo e alma” não poderia fazer nenhum sentido. Para Vlastos, ao traçar a distinção entre atributos das Formas em termos autopredicativos, escapou ao próprio Aristóteles que esta distinção estava ontologicamente muito carregada, carregada com a própria ontologia aristotélica, a qual seria inaceitável para um platonista<sup>55</sup>. E, muito embora não estivesse alheio aos absurdos a que a Autopredicação conduz, a Santas também parece ter escapado a mesma coisa. Se ele tivesse tido a oportunidade de indagar diretamente ao próprio Vlastos, este, em vez de puramente concordar que, em algum diálogo, “as Formas são autopredicáveis, ponto”, talvez tivesse lhe dito que, de algumas Ideias, e apenas delas, podemos no máximo dizer que possuem algo análogo a uma “natureza dual”, a depender da perspectiva sob a qual elas são analisadas... A crer então nos estudos metafísicos de Vlastos: Ideia inteligível, o “fóton” da filosofia platônica?

*Ao olhar dentro da esfera de luz, ele [Platão] [...] está entusiasmado e elevado.*

Benjamin Jowett

## BIBLIOGRAFIA

- ADAM, J. *The Republic of Plato. Edited with critical notes, commentary, and appendices by James Adam*. Cambridge: CUP, 2009 (1902), vol. I.
- ADAM, J. *The Republic of Plato. Edited with critical notes, commentary, and appendices by James Adam*. Cambridge: CUP, 2009 (1902), vol. II.
- ALLEN, R. E. Participation and Predication in Plato's Middle Dialogues. In \_\_\_\_\_ (ed.). *Studies in Plato's Metaphysics*. London: Routledge and Kegan Paul, 1967 (1960), p. 43-60.

---

53 VLASTOS, T.L.P.A., 1973b, p. 330-334.

54 CHERNISS, 1946, p.1-5.

55 VLASTOS, T.L.P.A., 1973b, p. 334.



ANNAS, J. Understanding and the Good: Sun, Line, and Cave. In KRAUT, R. (ed.) *Plato's Republic: Critical Essays*. New York: Rowman & Littlefield, 1997.

ARISTOTLE. *Posterior Analytics. Topica*. Transl. by H. Tredennick and E. S. Forster. Cambridge: Harvard University Press, 1955.

BALTES, M. Is the Idea of the Good in Plato's Republic beyond Being? In BALTES, M.; HÜFFMEIER, A. (ed.). *DIANOEMATA. Kleine Schriften zu Platon und zum Platonismus*. Stuttgart; Leipzig: Teubner, 1999, p. 351-371.

CHERNISS, H. *Aristotle's criticism of Plato and the Academy*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1946 (1944).

DIXSAUT, M. L'analogie intenable.: le Soleil et le Bien. In *idem. Platon et la question de la pensée*. Paris: Vrin, 2000 (1991).

FERGUSON, A. S. "Plato's Simile of Light. Part I. The Similes of the Sun and the Line". *The Classical Quarterly* 15 No. 3/4 (1921).

FERGUSON, A. S. "Plato's Simile of Light. Part II. The Allegory of the Cave (continued)". *The Classical Quarterly* 16 No. 1 (1922).

FERRARI, F. "Teoria delle idee e ontologia. In PLATONE. *La Repubblica*. Vol. IV. Traduzione e commento a cura di Mario Vegetti. Napoli: Bibliopolis, 2000.

FERRARI, F. "L'idea del bene: collocazione ontologica e funzioni causale". In PLATONE. *La Repubblica*. Vol. V. Traduzione e commento a cura di Mario Vegetti. Napoli: Bibliopolis, 2003.

FINE, G. (ed.) *Plato. I, Metaphysics and Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

FRONTEROTTA, F. *METHEXIS. La teoria platonica delle idee e la partecipazione delle cose empiriche*. Pisa: Scuola Normale Superiore, 2001.

GLEISER, M. A dança do universo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 11-12.

GUTIERREZ, R. Introducción. In *Idem* (ed.). *Los símiles de la República VI-VII de Platón*. Lima: PUC-Peru, 2003.

GUTIERREZ, R. La estructura de los símiles de la *República* como clave hermenéutica: el *Parménides* y outros. In *Idem* (ed.). *Los símiles de la República VI-VII de Platón*. Lima: PUC-Peru, 2003.

GUTIERREZ, R. Dialéctica, Koinonía y Unidad. *República V y las hipótesis I y II del Parménides*. In PERINE, M. (org.). *Estudios Platónicos. Sobre o ser e o aparecer, o belo e o bem*. São Paulo: Loyola, 2009.

GUTIERREZ, R. Reflexiones sobre Republica V 475e-480a. In: *Revista Latinoamericana de Filosofia* (2010).

KEYT, D. Plato's paradox that the Immutable is Unknowable. In *Philosophical Quarterly* 19 (1969), p. 1-14.

KEYT, D. The mad craftsman of the Timaeus. In *Philosophical Review* 80 (1971), p. 230-235.

KRAUT, R. (ed.) *Plato's Republic: Critical Essays*. New York: Rowman & Littlefield, 1997.

MORRISON, J. S. "Two unresolved difficulties in the Line and Cave". *Phronesis*, 22 (1977).

MURPHY, N. R. "The 'Simile of Light' in Plato's Republic". *The Classical Quarterly* 26 No. 2 (1932).

NATORP, P. *Plato's Theory of Ideas*. Sankt Augustin: Academia Verlag, 2004 (1903).

OWEN, G. E. L. Dialectic and Eristic in the treatment of Forms. In *idem* (ed.). *Aristotle on Dialectic: the Topics. Proceedings of the Third Symposium Aristotelicum*. Oxford: Clarendon Press, 1968, p. 103-125.

ROSS, W. D. *Plato's Theory of Ideas*. Oxford: Clarendon Press, 1953 (1951).

SANTAS, 1999 (1980) Publicado originalmente em *Philosophical Inquiry* (1980), reeditado em:  
ANTON, J. P.; PREUS, A. (ed.) *Essays in Ancient Greek Philosophy* vol. II. Albany: State University of New York Press, 1983; FINE, G. (ed.) *Plato. I, Metaphysics and Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SHIELDS, C. "Surpassing in Dignity and Power: The Metaphysics of Goodness in Plato's Republic". In ANAGNOSTOPOULOS, G. (ed.). *Socratic, Platonic and Aristotelian Studies: Essays in Honor of Gerasimos Santas*. London: Springer Science+Business Media, 2011.

SZLEZÁK, T. A. La idea del Bien como arché en la *República* de Platón. In GUTIERREZ, R. (ed.). *Los símiles de la República VI-VII de Platón*. Lima: PUC-Peru, 2003.

VEGETTI, M. "Introduzione ai libri VI e VII". In PLATONE. *La Repubblica*. Traduzione e commento a cura di Mario Vegetti. Napoli: Bibliopolis, 2003.

VEGETTI, M. "Megiston mathema. L'idea del "buono" e le sue funzioni". In PLATONE. *La Repubblica*. Vol. V. Traduzione e commento a cura di Mario Vegetti. Napoli: Bibliopolis, 2003.

VLASTOS, G. A metaphysical paradox. In *Idem. Platonic Studies*. Princeton: PUP, 1973 (1965/1966), p. 5-19.

VLASTOS, G. Degrees of reality. In *Idem. Platonic Studies*. Princeton: PUP, 1973 (1965).

VLASTOS, G. *Reason and Causes in the Phaedo*. In *Idem*. *Platonic Studies*. Princeton: PUP, 1973 (1969).

VLASTOS, G. The “Two-Level Paradoxes” in Aristotle. In *Idem*. *Platonic Studies*. Princeton: PUP, 1973.

VLASTOS, G. *The Unity of Virtues in the Protagoras*. In *Idem*. *Platonic Studies*. Princeton: PUP, 1973 (1972).

VLASTOS, G. *An Ambiguity in the Sophist*. In *Idem*. *Platonic Studies*. Princeton: PUP, 1973.